UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/PI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

Centro de Educação Aberta e à Distância

Curso de Pós-Graduação em Libras

**A PRESENÇA DA LÍNGUAGEM DE SINAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LUZILÂNIDA-PI**

Nayanna Mara Silva Lima¹

**RESUMO –**

Este trabalho apresenta como tema a importância da presença da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) durante o processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos nas escolas municipais de Luzilândia-PI. Contudo apresenta como objetivo geral analisar a presença da língua de sinais no processo ensino aprendizagem do aluno surdo. E específicos inserir a LIBRAS durante o processo ensino aprendizagem do surdo. Identificar como a LIBRAS é usada nas escolas municipais na cidade de Luzilândia. Conhecer as contribuições trazidas com o ensino da LIBRAS durante o processo ensino aprendizagem do aluno surdo. Diante desse contexto, é necessário a criança surda adquira a Língua de Sinais como primeira língua para construção de sua identidade, para que depois possa ter contato com a segunda língua – Portuguesa – visando assim seu pleno desenvolvimento cognitivo e social. Então, para que aluno com necessidade especial como a surdez seja Alfabetizado e letrado, é necessário que primeiro conheça a Língua Brasileira de Sinais, a qual será utilizada para se comunicar com várias pessoas, sejam elas ouvintes ou surdas. Para a realização deste optou-se por uma pesquisa bibliográfica, onde foi possível entender as contribuições da Libras, durante o processo ensino-aprendizagem do surdo. Por isso, é preciso que a escola desenvolva estratégias que favoreça a presença da linguagem por meio da língua de sinais-LIBRAS. Logo, o professor deve aprimorar seus conhecimentos com a língua de sinais e utilizar no aprendizado da criança surda para o desenvolvimento da linguagem e aperfeiçoar a língua de sinais durante o processo ensino-aprendizagem.

**Palavras-Chave:** Surdo. Libras. Letrado. Ensino-aprendizagem.

**ABSTRACT**

1. **INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva se norteia pela perspectiva da diversidade, com temáticas e estratégias diferenciadas, cuja capacitação do professor passa pelo conhecimento sobre a diversidade, mudanças de atitudes, inovação, trabalho em equipe, novas relações com a família, responsabilidade para com o exercício da profissão.

Sendo assim, este trabalho apresenta como tema a importância da presença da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) durante o processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos nas escolas municipais. Diante da temática realizou-se o questionamento de como inserir no processo ensino aprendizagem a linguagem de sinais LIBRAS nas escolas municipais de Luzilândia?; Pois, sabe-se que ela proporciona o desenvolvimento cognitivo contribuindo para a formação de sua identidade, para que o mesmo se constitua como sujeito, se sinta participante de uma comunidade e se integre socialmente.

Diante desse contexto é necessário que se insira a linguagem de sinais – LIBRAS, durante o processo ensino-aprendizagem nas escolas municipais, para que a criança surda adquira a Língua de Sinais como primeira língua para construção de sua identidade, para depois possa ter contato com a segunda língua – Portuguesa – visando assim seu pleno desenvolvimento cognitivo e social.

Contudo apresenta como objetivo geral analisar a presença da língua de sinais no processo ensino aprendizagem do aluno surdo. E específicos inserir a LIBRAS durante o processo ensino aprendizagem do surdo. Identificar como a LIBRAS é usada nas escolas municipais na cidade de Luzilândia. Conhecer as contribuições trazidas com o ensino da LIBRAS durante o processo ensino aprendizagem do aluno surdo.

Então para que aluno com de necessidade especial como a surdez seja Alfabetizado e letrado, é necessário que primeiro conheça a Língua Brasileira de Sinais, que será utilizada para se comunicar com varias pessoas, sejam elas ouvintes ou surdas. Por isso, é preciso que a escola desenvolva estratégias que favoreça a presença da linguagem oral e escrita por meio da língua de sinais-LIBRAS.

Para a realização deste optou-se por uma pesquisa bibliográfica, onde foi possível entender as contribuições da Libras, durante o processo ensino-aprendizagem do surdo. Logo, através da pesquisa foi possível entender o professor deve aprimorar seus conhecimentos com a língua de sinais e utilizar no aprendizado da criança surda para o desenvolvimento da linguagem e aperfeiçoar a língua de sinais durante o processo ensino-aprendizagem.

1. **O ENSINO DE LIBRAS: Língua de Sinais**
	1. Breve Histórico do Ensino de Libras

No século XII, os surdos não eram considerados humanos, não tinham direito à herança, não frequentavam nenhum meio social e eram proibidos de se casarem. Na Idade Média, com o feudalismo, os surdos começaram a ter atenção diferenciada pelo clero (Igreja), que estava muito preocupado com o que tais pessoas faziam e por que não vinham se confessar.

Conforme Pereira (*et al*, 2011, p. 05-06)

No Egito antigo, os surdos eram considerados pessoas especialmente escolhidas. Seu silêncio e seu comportamento peculiar conferiam-lhes um ar de misticismo. Já na Grécia Antiga [...], o gosto estético dos gregos fazia que a feiura ou o desvio fosse visto com desprezo. Assim, todos os indivíduos que fossem de alguma forma, um peso para a sociedade eram exterminado. (*apud* SOUZA, 2014, p. 6)

Diante dessa afirmação, fica claro que desde o início os surdos ou deficientes já eram excluídos da sociedade, porém, no Egito estes eram visto como pessoas escolhidas, onde seu silêncio os tornava pessoas espiritualistas. Alguns desses ainda eram exterminados da sociedade.

Vale ressaltar também, que já existiam diferenciações entre as classes, pois, aqueles que eram de classes mais pobres eram excluídos da sociedade, enquanto os filhos dos nobre tinha o oportunidade de aprender. Sendo assim, Pereira (et. al., 2011, p. 7) diz que:

Entre os séculos XVI e XVIII, a educação das crianças surdas era planejada pela família. Para isso, eram contratados tutores com o objetivo de ensinar os surdos a se comunicar oralmente ou por escrito. Os métodos utilizados no ensino das crianças surdas eram muito semelhantes: os tutores usavam a fala, a escrita, o alfabeto manual e os sinais. (*apud* SOUZA, 2014, p. 7)

Contudo, diante da afirmação de desenvolvimento da aprendizagem da língua oral e escrita dos falantes, destacou-se nesta época o espanhol Pedro Ponce de Leon (1520-1584), por ensinar a quatro surdos nobres a falar. Para o desenvolvimento da língua oral e escrita, ele fazia uso da datilologia com as duas mãos e de sinais desenvolvidos por monges beneditinos.

No Brasil, a educação dos Surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Hernest Huet, ex-aluno surdo do Instituto de Paris, que trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Huet apresentou documentos importantes para educar os surdos, mas ainda não havia escolas especiais. Solicitou, então, ao Imperador Dom Pedro II, um prédio para fundar, em 26 de setembro de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

Sá (1999, p.71 *apud* FERREIRA, 2014, p. 4) afirma que:

A história dos surdos começa muda, apagada e triste. Começa semelhadamente à história de diversos segmentos minoritários de pessoas que se caracterizavam por algum tipo de estranheza como denunciado à dificuldade que o homem tem de aceitar o diferente, o deficiente, o trabalhoso, o feito e o imperfeito.

Diante da afirmação acima, percebe-se que os sinais não passavam de gestos e formas primitivas de comunicação, onde, por exemplo, esses sinais eram visto apenas como símbolos usados por aqueles que eram diferentes, ou seja, deficientes.

Conforme Quadros (2004, p. 8):

Línguas de sinais - São línguas que são utilizadas pelas comunidades surdas. As línguas de sinais apresentam as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Linguística. As línguas de sinais são visuais-espaciais, captando as experiências visuais das pessoas surdas. (*apud* ALMEIDA, 2013,p. 67)

Sendo assim, conforme o autor, esta língua é natural para a comunidade surda, porém, apresentam características da comunidade surda, devendo ser reconhecidas e adquiridas pelos surdos.

O Ensino de Libras, não foi reconhecido ou atribuído, antes da década de 1960. Mas, na década de 1970, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, diante da insatisfação dos educadores da época com os resultados do oralismo, propõe-se uma nova forma de educação dos surdos, denominada Comunicação Total, uma proposta educacional que se baseia na visão do Surdo como pessoa, em que não se pode isolar uma privação sensorial. Porém, a Comunicação Total foi desenvolvida depois do fracasso do oralismo puro em muitos sujeitos surdos, começaram a ponderar em juntar o oralismo com a língua de sinais simultaneamente como uma alternativa de comunicação.

Nesta época, no Brasil, propunha-se reconhecer a língua de sinais como direito fundamental de toda criança surda. Nela privilegiava-se a comunicação de qualquer tipo acima de qualquer outro objetivo. Em um primeiro momento, o movimento criou uma nova ordem, ao expor o fracasso exponencial da formação dos surdos via oralização.

Nesse sentido, Goldfeld (2002, p.110) ressalta que:

A língua carrega uma cultura e é por ela que o indivíduo constitui sua consciência. Não se pode, assim, fragmentar uma língua, pois com isso perdem-se seus valores, seus dados históricos e culturais. Esse é o grande erro da Comunicação Total. Por outro lado, essa filosofia contribuiu enormemente para a análise de diversos problemas do surdo, como bloqueio de comunicação e suas consequências, como, por exemplo, a agressividade. (*apud* QUEIROZ, 2014, p. 6)

Desta forma, diante esta filosofia, surge a preocupação com a aprendizagem da língua oral pelo surdo, pois temia-se que alguns aspectos como cognitivos, emocionais e sociais fossem abandonados ao ser adquirido a língua oral.

Como afirma Pedroso (2001, *apud* GROPPO, [s.d.], p. 7), o surdo, de acordo com essa filosofia educacional, tem sido visto como um sujeito deficiente, com déficits nos processos cognitivos e de linguagem, dificilmente superáveis, os quais têm produzido uma história educacional de fracassos e exclusão escolar e, conseqüentemente, com falta de oportunidades para esses alunos alcançarem níveis adiantados de escolarização.

O ano de 1880 foi o clímax da história de surdos, que adicionou a força de um lado de muitos períodos de duelos polêmicos de opostos educacionais: a língua de sinais e o oralismo. Mesmo a partir dessas mudanças de paradigmas sobre a educação de surdos e seus métodos de ensino, ainda se mantém forte a filosofia oralista, que começa a sofrer pressões de vários movimentos de resistência, que buscam a oportunidade de avançarem no território, fortalecendo a língua, a cultura, a identidade e a comunidade surdas.

Em torno de 1911, a filosofia oralista, foi fortemente disseminada no Brasil, por uma forte influência das decisões do famoso Congresso Internacional de Milão em 1880. Nesse congresso, educadores de todo o mundo se reuniram para discutir a melhor maneira de educar o surdo e, por quase unanimidade de votos, decidiu-se pela educação por meio da fala, estando a partir desta data proibido o uso de qualquer tipo de sinais nas escolas. A decisão do congresso de Milão é apenas um fragmento da história, mas marcou centenas de milhares de vidas de surdos por todo o mundo, deixando rastros, lamentações, vinganças, recalque e ódio.

Esse congresso tinha por objetivo discutir qual desses métodos seria mais apropriado para o desenvolvimento da aprendizagem de indivíduos surdos. Sendo assim, predominou a perspectiva oral para a Educação dos surdos, pois, chegaram à conclusão de que deveriam prevalecer nesta aprendizagem os modelos orais, como por exemplo, o método intuitivo (desenvolvimento da fala e posteriormente à escrita), e bem como o uso da leitura labial.

Alexandre Gran Bell, conhecido como inventor do telefone, também presente no Congresso de Milão, por conta da sua importância na sociedade da época, contribuiu com suas ideias loucas para a negação e a opressão das línguas de sinais em todo o mundo. Mais, em uma votação de 160 votos contra 4, ficou oficialmente proibido o uso da língua de Sinais, decidindo-se que deveriam ser empregados métodos orais na educação de surdos alegando que a mesma destruía a habilidade da oralização dos sujeitos surdos.

Como afirma Perlin & Strobel (2006, p.13 In: WIDELL, 1992, p. 26),

(...) ficou decidido no Congresso Internacional de Professores Surdos, em Milão, que o método oral deveria receber o status de ser o único método de treinamento adequado para pessoas surdas. Ao mesmo tempo, o método de sinais foi rejeitado, porque alegava que ele destruía a capacidade de fala das crianças. O argumento para isso era que ‘todos sabem que as crianças são preguiçosas’, e por isso, sempre que possível, elas mudariam da difícil oral para a língua de sinais. (*apud* FERREIRA, 2014)

Diante desta afirmação, notou-se que a maioria dos países adotaram o método oral nas escolas para surdos proibindo oficialmente a língua de sinais e ali começou uma longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o direito linguístico cultural. Este congresso foi conduzido por muitos especialistas ouvintistas, todos defensores do oralismo puro, do total de 164 delegados, os 56 eram oralistas franceses e os 66 eram oralistas italianos.

Segundo Strobel (2008, p.14), nas duas terminologias,

A ‘escola para surdos’ e a ‘escola de surdos’, são diferentes os conceitos discutidos em GES/ Grupos Estudos Surdos de UFSC. As diferenças seriam assim: a primeira nega a identidade cultural dos surdos procurando fazer com que os alunos surdos procurem imitar os sujeitos ouvintes e na segunda se identificam com identidade lingüística e valorizam a cultura de surdos. (*apud* GROPPO, [s.d], p. 5)

Conforme a afirmação do autor, é possível entender que estas terminologias diferem-se uma da outra, onde na primeira o aluno teria que imitar o aluno ouvinte e na segunda os alunos teriam a valorização de sua cultura.

Durante séculos os surdos foram privados de se comunicarem em sua língua natural. Vários estudos têm apontado a difícil relação dos surdos com a língua majoritária e com uma sociedade ouvinte. Contudo, Goldefeld, (2002, p.117), afirma que,

Os surdos e suas comunidades, como os povos dominados, foram proibidos de utilizar suas línguas, de contarem suas piadas, de dividirem suas ideias. No lugar dessa língua proibida lhe ofereceram outra, extremamente importante para seu convívio com a sociedade em geral, mas também extremamente difícil de ser aprendida e praticamente impossível de ser adquirida por meio do diálogo, de forma espontânea. (*apud* QUEIROZ, 2014, p. 7)

Porém, com esta afirmação fica claro as dificuldades de comunicação enfrentadas pelos surdos e suas comunidades com o uso dessas línguas as quais não eram próprias de sua personalidade.

As línguas de sinais surgiram do convívio entre as pessoas, por isso são naturais do individuo. Elas podem ser comparadas à complexidade e expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou racional, complexo ou simples por meio delas. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestos. Contudo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas Línguas.

Sacks (2010, p.105, *apud* QUEIROZ, 2014, p.3), afirma que: “A língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a um outro modo sensorial; mas é também uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas.” Com esta afirmação, pode-se dizer que a língua de sinais é vista como única língua a qual os surdos podem comunicar-se, porém faz parte da sua cultura pessoal.

A história educacional do Surdo/deficiente auditivo teve grandes avanços nas últimas décadas, porém, faz-se necessário uma escola inclusiva que promova uma educação bilíngue e que ofereça condições básicas de aprendizado, onde o aluno tenha um ambiente propício para seu aprendizado.

1. **A LIBRAS: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é a língua de sinais (língua gestual) usada pela maioria dos surdos brasileiros e é reconhecida por Lei. É derivada da língua gestual francesa, por isso, é semelhante a outras línguas de sinais da Europa e da América. Sendo assim, para Goldfeld (1997, p. 40 *apud* GROPPO, [s.d], p. 12) é necessário ao surdo adquirir a língua de sinais e a língua oficial de seu país, mas somente na modalidade escrita e não oral. Desta forma, ela afirma que deva ocorrer “[...] esta aquisição, preferencialmente, através do convívio da criança surda com outros surdos mais velhos, que dominem a língua de sinais”.

No que se refere ao surgimento da libras, Menezes e Santos (2006) explicam que:

O Brasil ainda era uma colônia portuguesa governada pelo imperador Pedro II quando a língua de sinais para surdos aportou no país, mais precisamente no Rio de Janeiro. Em 1856, o conde francês Ernest Huet desembarcou na capital fluminense com o alfabeto manual francês e alguns sinais. O material trazido pelo conde, que era surdo, deu origem à Língua Brasileira de Sinais (Libras). O primeiro órgão no Brasil a desenvolver trabalhos com surdos e mudos surgiu em 1857 foi do então Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que saíram os principais divulgadores da Libras. A iconografia dos sinais, ou seja, a criação dos símbolos só foi apresentada em 1873, pelo aluno surdo Flausino José da Gama. Ela é o resultado da mistura da Língua de Sinais Francesa com a Língua de Sinais Brasileira antiga, já usada pelos surdos das várias regiões do Brasil. (*apud* BÓZOLI, 2013, p. 2)

Contudo, diante da citação acima, compreende-se que a libra ao chegar ao Brasil trouxe muitas renovações no que se refere à comunicação dos “surdos”, pois até então, ninguém conhecia este método, nem o material usado. Foi a partir daí que se iniciou o processo de comunicação por meio de sinais, dando origem à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Entretanto, somente em 1873, que a iconografia dos sinais, ou seja, a criação dos símbolos foi apresentada, pelo aluno surdo Flausino José da Gama.

A LIBRAS é entendida como uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. Entretanto, atribui-se às Línguas de Sinais o status de língua porque elas também são compostas pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Porém, o que é denominado de palavra ou item lexical nas línguas oral-auditivas, são denominados sinais nas línguas de sinais. As línguas de sinais diferenciam-se das línguas orais porque se utilizam de um meio visual-espacial, ou seja, na elaboração das línguas de sinais precisa-se olhar os movimentos que o emissor realiza para entender sua mensagem.

Todavia, para se comunicar em LIBRAS, não basta apenas conhecer sinais; é necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo comunicação. Os sinais surgem da combinação de configurações de mão, movimentos e de pontos de articulação - locais no espaço ou no corpo onde os sinais são feitos, os quais, juntos compõem as unidades básicas dessa língua. Como qualquer língua também existe diferenças regionais, portanto, deve-se ter atenção às variações praticadas em cada unidade da Federação.

A língua de sinais - LIBRAS, ainda que reconhecida oficialmente em território nacional, pela Lei Federal n. 10.436/2002, ainda é desconhecida pela grande maioria da população e ainda é vista apenas como um conjunto de gestos naturais ou ‘mímica', utilizada pelos surdos na ausência da oralidade.

No que se refere à regulamentação do uso da LIBRAS, a Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002 dispõe:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (apud ALMEIDA, 2013, p. 68)

Neste sentido, conforme a referida Lei, o ensino de LIBRAS, depois de ser reconhecido e oficializado como língua, vem oferecendo oportunidades para que as pessoas surdas sejam incluídas ao meio em que vivem.

Conforme a Lei nº. 10.436, de abril de 2002, ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais, determinou que fossem garantidas formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Esta Lei estipulou que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde garantissem atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva. (apud *QUEIROZ,* 2004 p. 2)

A Língua de Sinais é fundamental para o indivíduo surdo, assim como as demais formas de comunicação, ou seja, a oralização, o aparelho de amplificação sonora individual (AASI), gestos naturais, expressão facial, alfabeto digital, leitura orofacial, leitura da escrita e principalmente o Bimodalismo (utilização simultânea, por parte dos interlocutores, de um código oral e manual), ajudando assim, o surdo a desenvolver o vocabulário, linguagem e conceitos de ideias entre o surdo e o ouvinte.

A língua de sinais é a única que pode ser adquirida naturalmente pelo surdo; logo, é preciso que ele seja posta em contato com os seus pares. No entanto, a língua oral pode ser aprendida, mas não adquirida espontaneamente.

Conforme as autoras Strobel e Fernandes (1997, pág. 25):

A modalidade gestual-visual espacial pela qual a LIBRAS é produzida e percebida pelos surdos leva muitas vezes, as pessoas a pensarem que todos os sinais são o desenho no ar referente ao que representam. É claro que, por decorrência de sua natureza linguística, a realização de um sinal pode ser motivada pelas características do dado da realidade a que se refere, mas isso não é uma regra. Portanto, necessita de um aprendizado sistemático, preferencialmente ensinada por surdos. (*apud* SCHMITT s.d, p. 2)

Sendo assim, diante a afirmação das autoras é possível entender que comunicação gestual não limita-se apenas à representação visual ou gestual, e sim das características a que se referem.

3.1 A aquisição da linguagem pelo surdo

A comunicação tem sido considerada elemento fundamental na interação humana, visto que, por meio dela tanto a pessoa como o ambiente são capazes de produzir informações que interagem dinamicamente, provocando modificações recíprocas tanto no indivíduo como no contexto em que se apresenta.

Alguns estudos sobre a sintática da comunicação (BLURTON, 1981; CÂMARA JÚNIOR, 1987; CARAMASCHI, 1997; ELKMAN, 2003; FIAMENGHI, 1999; OTTA, 1992) têm revelado que tanto a comunicação verbal como a não-verbal produzem modificações significativas na interação social, e, portanto, no desenvolvimento humano. A fala, por exemplo, tem sido vista como modalidade comunicativa socialmente exigida para a construção de relações nos diferentes contextos e culturas. (*apud* MIRANDA, 2012, p. 160)

A aquisição da linguagem pela criança surda ainda é motivo de grandes questionamentos. Todavia, existem os médicos que enxergam a surdez como uma deficiência e, portanto buscam a normalização, utilizando-se dos recursos disponíveis, seja através do uso de aparelho de amplificação sonora individual (AASI) ou recorrendo às novas tecnologias com o uso do implante coclear.

Conforme Lima, (2006 p. 18, *apud* COUTO, 2014, p. 3), todas as crianças surdas em sua linguagem deve efetivar-se mediante o aprendizado da língua portuguesa e da aquisição da libras, assim a língua do país de origem do surdo deve ser sua segunda língua, no caso do Brasil, estamos falando do português.

A língua de sinais vai ser adquirida por crianças surdas que tiverem a experiência de interagir com usuários de língua de sinais. Se isso acontecer, por volta dos dois anos de idade, as crianças estarão produzindo sinais usando um número restrito de configurações de mão (sugere-se que tal número corresponda a sete configurações de mão), bem como simples combinações de sinais expressando fatos relacionados com o interesse imediato, com o “aqui” e o “agora”.

Configurações de mãos formam um conjunto de unidades fonológicas mínimas das línguas de sinais (poder-se-ia estabelecer uma relação com as unidades sonoras das línguas faladas). As crianças nesta fase começam a marcar sentenças interrogativas com expressões faciais concomitantes com o uso de sinais (palavras) para expressar sentenças interrogativas (QUEM, O QUE e ONDE). Nesse período, também é verificado o início do uso da negação não manual através do movimento da cabeça para negar, bem como o uso de marcação não manual para confirmar expressões comuns na produção do adulto. (*apud* QUADROS, 2006. p. 20)

1. **A INCLUSÃO DO SURDO NAS ESCOLAS REGULARES**

No que se refere à inclusão dos alunos com necessidades especiais, e neste caso, do surdo, pode-se afirmar que estes estão amparados em algumas leis, dentre elas pode se destacar: a Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. Porém, para que de fato seja desenvolvida uma política de inclusão, deve ser reconhecida Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS como uma língua da comunidade Surda, estabelecido e decretado pela Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002.

Diante às mudanças ocorridas na sociedade, no que se referem à aceitação dos indivíduos portadores de necessidades especiais, especificamente, dos surdos, atualmente, a Educação, tem uma variedade de possibilidades que permite a inserção desses indivíduos no processo educativo.

Conforme Magalhães (*et al*, 2011, p. 22)

A inclusão pode beneficiar não somente alunos que apresentem algum tipo de deficiência, mas alunos que não são ‘enquadrados’ como deficientes, mas sofrem os efeitos de um processo de ensino-aprendizagem que ocasionam seu fracasso escolar, por exemplo. (apud SOUZA, 2014, p. 15)

Todavia, diante da afirmação é possível compreender que as deficiências não englobam somente físicas ou psicológicas, mais todas as dificuldades apresentadas pelos educandos que dificultam seu processo de aprendizagem.

Conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE):

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26)

Desta forma, fica claro que todos os futuros professores da Educação Básica devem desenvolver competências para atuar também com alunos que apresentem necessidades especiais, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de se efetivar a /educação inclusiva.

Se nossa sociedade gera, a partir de sua própria base, indivíduos preconceituosos, sem que ela se modifique estruturalmente e se torne justa e igualitária, não há como supor que as instituições deixem de fomentar o preconceito; entre essas instituições, a escola. Anteriormente, neste texto, dissemos que nossa sociedade é contraditória; na educação inclusiva essa contradição pode se apresentar na existência concomitante de uma tendência a fomentar o combate à marginalização e à segregação e por outra que reproduza a desigualdade em que torna a diferença. (*apud* MIRANDA 2012, p. 51)

Na sala de aula regular, a marginalização implica aceitar o aluno considerado em situação de inclusão no grupo, mas dar pouco ou nenhum valor à sua contribuição nos trabalhos em grupo e nas relações sociais entre os alunos e entre si e com os professores; e a segregação implica não interagir com esse aluno ou agir de forma substancialmente distinta daquela direcionada aos outros alunos. Com a inclusão de crianças e jovens das minorias sociais nas classes regulares, há de se pensar se e como ocorre, dentro da sala de aula, esses modos de discriminação e como combatê-los, assim como cabe delimitar o conceito de inclusão. (*apud* MIRANDA 2012, p. 51)

Conforme Vilhalda (s/d, p. 01)

Não é suficiente conhecer a Língua Brasileira de Sinais para poder atuar eficazmente na escola com o aluno Surdo. É também necessário conhecer a Cultura Surda através da participação e vivência na comunidade Surda, aceitação da diferença e paciência para inteirar-se nela. (apud SOUZA, 2014, p. 16)

Nesse sentido, a inclusão não se compreende somente ao ato de integrar um aluno surdo à comunidade escolar, pois, é preciso que se tenha conhecimento de seu contexto sócio-histórico envolvendo suas vivências.

Segundo Skliar (1999, *apud* GROPPO, p. 14), os gestores e professores não conseguem visualizar a necessidade e importância da utilização da língua de sinais dentro da escola e da sala de aula, pois o aprendizado dessa nova língua é solicitado por uma minoria que, para eles, nem conhece a si mesmo. Sendo assim, é preciso que a escola adéque em seu currículo a libras, para que o aluno surdo seja incluso no ensino regular, para que desta forma ele possa alcançar um determinado grau de escolaridade. Logo, é importante que ele perceba que não está sozinho dentro da sala de aula e da escola, evitando assim o fracasso escolar desses alunos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei 10.436/02**

\_\_\_\_\_\_. **Decreto 5626/05**.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

### GÓES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª ed. - São Paulo: Plexus Editora, 2002.

FERREIRA, Ana Cristina de Assunção X. **Teoria e prática da educação de surdos**. Apostila. Teresina – Piauí, 2014.

QUEIROZ. Luana de Sousa Queiroz (Org.) **A Aquisição da Linguagem e a Integração Social:** A LIBRAS como formadora da identidade do surdo. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.

QUADROS, R. M. de. KARNOPP, L. B **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, Oliver: **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Teixeira

Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA. José Marcos Rosendo de Souza (org.) **língua brasileira de sinais em contexto: inclusão dos indivíduos surdos.** José Marcos Rosendo de Souza. Clara Dulce Pereira Marques. Maria Lúcia Pessoa Sampaio. revista Educacao, artes e inclusão. volume 9, número 1, ano 2014. ISSN 1984-3178. Disponível em:

SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da. **REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA DE SINAIS DE LIBRAS DESDE TENRA IDADE.** Tânia dos Santos Alvarez da Silva. Daniele Miki Fujikawa Bózoli, (UEM).